

Vicissitudes do intelectual público: um estudo de caso sobre Mário Pedrosa (1944-1968)

Vicissitudes of the public intellectual: a case study about Mario Pedrosa (1944-1968)

Josnei Di Carlo¹
josneidicarlo@hotmail.com.br

Resumo

Após voltar do exílio em 1945, Mário Pedrosa (1900-1981) passou a ser reconhecido como um especialista em arte moderna. Concomitantemente à sua profissionalização como crítico de arte, tornou-se um intelectual público, em razão de intervir politicamente nos debates através da grande imprensa. Com isso, suas ideias políticas circularam para um público amplo, não afeito às sutilezas das artes. Ao contrário de suas colunas culturais, as políticas eram sazonais, ditadas pelos momentos de efervescência social. Reunindo suas colunas entre 1945 e 1968, notamos a sazonalidade de sua intervenção política. Entretanto, houve condicionantes para isso ocorrer.

Palavras-chave: imprensa, intelectual público, Mário Pedrosa.

Abstract

After returning from exile in 1945, Mario Pedrosa (1900-1981) became a specialist in modern art. Concomitantly with his professionalization as an art critic, he became a public intellectual, because of political intervention in the disputes through the big press. With this, his political ideas circulated to a broad audience, unaccustomed to the subtleties of the arts. Unlike their cultural columns, the policies columns were seasonal, dictated by the moments of social effervescence. Gathering yours columns between 1945 and 1968, we note the seasonality of its political intervention. However, there were conditions for this to occur.

Keywords: press, public intellectual, Mario Pedrosa.

¹ Pesquisador do LASTRO/UFSC e pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

Introdução

Na acepção de Said (2005), o intelectual público procura dirigir-se ao maior número possível de leitores e ouvintes, não encarando a sociedade de massas como um problema. Visa contrapor-se à autoridade e ao poder em nome de princípios de equidade e justiça. Após voltar do exílio em 1945, Mário Pedrosa (1900-1981) – uma personalidade socialista para jovens intelectuais e militantes que se formaram durante o Estado Novo, como Antônio Candido (Marques Neto, 2001) – passou a ser contratado pela grande imprensa como colunista cultural, mas não deixou de escrever na página opinativa para fazer suas ideias políticas circularem para um público amplo. Apropriando-se de Said, Pedrosa era movido por causas que podia apoiar por escolha, em razão de serem coerentes com seus valores fundados no pensamento marxista e na ideologia socialista. Todavia, não se considerava limitado por seu trabalho profissional de crítico de arte, que o excluiria de assuntos de política só por ser uma autoridade em arte moderna, escrevendo sobre assuntos mais amplos porque era instigado por compromissos que iam muito além de sua estrita carreira profissional.

O intelectual público, de um lado, é um especialista; de outro, é um formador de opinião. Said, para mim, faz uma distinção entre o trabalho intelectual e o papel social do intelectual. O intelectual público, portanto, é o agente que não está limitado por sua especialização, por intervir na esfera pública em debates que não dizem respeito somente à sua especialidade. Seu papel social é dado por ser um agente que é um especialista convocado pela mídia também como formador de opinião. É uma intervenção que não se restringe à sua especialização, tratando dos mais diversos temas. Said, porém, não se pergunta como um agente transcende sua especialização na esfera pública a ponto de se tornar um formador de opinião. Minha hipótese é que conforme aumenta o reconhecimento social do agente como uma autoridade em sua área de conhecimento maior são suas condições objetivas e subjetivas de transcendê-la na esfera pública, tornando-se um formador de opinião. Com isso, passando a ser um intelectual público. Parto de Said, porém, para inferir sobre a construção da carreira de intelectual no Brasil e seus condicionantes.

Para testar minha hipótese, usei Pedrosa como um estudo de caso. Conforme sua especialização ganhou mais reconhecimento social – consolidando-se na imprensa como crítico – mais foi acionado a intervir politicamente na esfera pública. Todavia, em conjunturas específicas, objetivando corroborar a posição da mídia em relação ao jogo político. Entre 1944 e 1968, Pedrosa se especializou na crítica de arte e tornou-se um intelectual público. Analisando o campo em que estava inserido e os espaços que ocupou no período, indico que as ideias do intelectual público são limitadas pelas relações de poder desse campo. Em termos concretos, as colunas políticas do crítico tinham uma função instrumental para a imprensa. Um marxista e socialista como ele teve “livre” trânsito em jornais liberais por ser anticomunista e antistalinista como eles.

Para dar conta da análise, o artigo está dividido em duas partes: em uma apresento o campo e em outra os espaços que Pedrosa ocupou em seu interior. Assim, na primeira parte faço uso do método comparativo para circunscrever a linha editorial vinculada ao liberalismo dos quatro jornais em que o crítico foi colunista de 1944 a 1968 – a saber, *Correio da Manhã (CM)*, *O Estado de S. Paulo (CM)*, *Tribuna da Imprensa (TI)* e *Jornal do Brasil (JB)* –; e na segunda parte faço uso do método descritivo, por não me preocupar com o conteúdo das colunas do crítico, mas em compreender a lógica de sua intervenção na esfera pública levando em conta a natureza delas – se voltada para as artes ou para a política –, embora, *en passant*, sintetize o corpus.

Circunscrevendo o campo de atuação de um intelectual público

Pedrosa foi colunista do *CM* de dezembro de 1944 a julho de 1951, *OESP* de janeiro de 1950 a outubro de 1956, *TI* de agosto de 1951 a outubro de 1956, *JB* de janeiro de 1957 a novembro de 1961 e novamente *CM* de junho de 1966 a outubro de 1968. A linha editorial de todos os jornais era liberal, enquanto a trajetória política e intelectual de Pedrosa estava marcada pelo marxismo e socialismo. Assim, se faz necessário reconstruir a história ideológica desses jornais desde sua fundação até 1968 para verificar a posição deles em relação aos poderes constituídos, dotando cada contexto político de sentido para apontar os momentos e espaços de Pedrosa nos jornais, como colunista de artes visuais e/ou político.

Antes do Golpe de 1964, o *CM* foi o mais influente politicamente deles. Liberal, fora favorável à liberdade democrática e à Constituição de 1946. Não sem contradições, podendo assumir posições anticonstitucionais. Mesmo sendo conservador, privilegiava a circulação de ideias novas e sua redação abrigava intelectuais de diversos espectros políticos, com os socialistas tendo mais espaço em função de seu antifascismo, lembra Edmundo Muniz em depoimento dado em 1980 e coletado por Caldieri (2001). O ideário de *OESP* também foi o do liberalismo, como anotam Capelato e Prado (1980). Suas investidas contra a ordem constitucional foram mais frequentes do que as do diário carioca, por causa da ligação orgânica de seu proprietário Júlio de Mesquita Filho com a União Democrática Nacional (UDN). As campanhas da direita no período democrático sempre foram as suas, destaca Kucinski (1975), embora o limite fosse dado por seu antifascismo.

Apesar de a tiragem da *TI* ser uma das menores da grande imprensa, as vicissitudes do liberalismo eram mais acentuadas em suas páginas. Assim como a linha editorial dos periódicos anteriores, a sua alinhava-se, para Laurenza (1998), ao capital estrangeiro, proprietários da terra e profissionais liberais. Mas a avaliação de Kucinski (1975) acerca de *OESP* pode ser estendida à *TI* e também ao *CM*, indo além dos interesses imediatos de classe, produziram suas ideologias e posições políticas. Como vanguarda das classes dirigentes, frequentemente

os três jornais voltaram-se contra o poder que ajudaram a implementar. O *JB* temperou seu liberalismo com seus interesses econômicos imediatos. Tendendo a ser moderado na oposição, não era incomum sustentar medidas antidemocráticas dos governos eleitos que apoiara.

A fundação dos periódicos em que as ideias pedrosianas circularam delinea as especificidades da doutrina liberal de cada um deles. Lançado em 1875, *A Província de São Paulo* resultou de uma aliança entre a burguesia cafeeira, profissionais liberais e ela vinculados e jornalistas abolicionistas e republicanos. Dois anos antes, na Convenção de Itu organizara-se o Partido Republicano Paulista (PRP) e a linha editorial do diário verbalizou a campanha de oposição a Dom Pedro II. Na gênese de *OESP* conjugava-se a ideologia liberal-republicana das classes dirigentes com a causa abolicionista. A síntese se expressa na oposição do jornal à burguesia cafeeira quando seu setor escravocrata exigiu indenização pela perda de mão de obra escrava com a Abolição de 1888. Júlio de Mesquita era o tradutor das "novas necessidades políticas trazidas pela diversificação econômica e social da província de São Paulo, onde o capitalismo cafeeiro dinamizava a economia rural e urbana, lançando as bases do processo de industrialização", nas palavras de Kucinski (1975, p. 5) ao refletir sobre a aliança de classes na base do empreendimento jornalístico.

Fundado em 1891, a linha editorial do *JB* deu voz aos opositores monarquistas da recém-inaugurada República. Inicialmente, as críticas eram moderadas, mas foram subindo de tom com a participação ativa de Joaquim Nabuco na redação. Vendido em 1893, o matutino mudou sua linha editorial ao Rui Barbosa assumir sua direção. Embora se alinhando aos republicanos no campo liberal, continuou na oposição, ao qualificar o Governo Floriano Peixoto de ditatorial. A repressão foi mais dura que a sofrida anteriormente por causa de Nabuco, Barbosa exilou-se na Inglaterra e o jornal ficou mais de um ano fora de circulação. Voltaria a circular em 1894, apresentando-se como defensor das causas populares, ao tratar das questões cotidianas que afetavam a população em geral dentro de uma perspectiva conservadora, por não se identificar com os movimentos organizados que questionavam a ordem estabelecida, observa Luca (2013). Se *OESP* colocou-se como agente transformador desde sua fundação, o *JB* definiu-se pela moderação após dois reveses políticos em seu início.

Em 1901, o *CM* passou a circular com a Primeira República consolidada. Surgiu na oposição ao presidente Campos Sales, que procurava angariar simpatias da imprensa por razões de Estado. Manteria sua linha editorial oposicionista, sendo uma voz dissonante nos próximos anos, a ponto de não se opor à Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922. Andrade (1991, p. 68) indica que o matutino caracterizou-se por ser antioligárquico, denunciando "constantemente as falhas, as faltas, como também as corrupções que grassavam entre os meios governamentais". A tomada de posição do *CM* perante o debate público diferenciava-se no campo liberal por ter surgido em oposição à oligarquia. Doutrinariamente estava mais próximo de *OESP* do que do *JB*, mas sua autonomia perante a burguesia cafeeira era

maior. A posição política dos três jornais definia-se conforme a leitura que faziam do cenário político na defesa da democracia liberal e do capitalismo. Estando em jogo este, aquele deixava de ser um princípio pétreo do campo liberal.

A *TI* foi criada no contexto em que Pedrosa tornou-se um intelectual público. Porém, seu proprietário Carlos Lacerda fora colunista do *CM*, como o crítico. Criada para acompanhar os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, sua coluna *Da Tribuna da Imprensa* tornar-se-ia uma "crônica dos novos tempos democráticos vividos pelo Brasil", avalia Laurenza (1998, p. 41). Também levaria Lacerda a ser o jornalista mais lido no Rio de Janeiro já em 1947. Além do capital cultural, tinha capital político como líder da UDN e abriu uma subscrição pública para criar seu vespertino em 1949. Apesar da mobilização de políticos udenistas e de intelectuais católicos, a organização da *TI* era mais personalista do que os três periódicos anteriores. Observando o centralismo de perto, Chagas (2001, p. 591) lembra que Lacerda "decidia qual a manchete e diagramava a primeira página, escrevia artigos e editoriais, mudava reportagens, transplantava colunas e imprimia o seu toque pessoal em todas as páginas".

As vicissitudes do liberalismo pós-Estado Novo eram mais acentuadas no vespertino lacerdista por sua criação estar ligada diretamente à reconfiguração da luta de classes gestada desde a Revolução de 1930. Sua ligação era mais orgânica à classe média urbana do que à burguesia industrial. Na diferença encontra-se a razão da linha editorial da *TI* estar mais alinhada a *OESP* do que ao *CM*. Embora no campo liberal, a flutuação do *JB* deve-se ora a momentos em que aglutinou grandes nomes da intelectualidade e da política, ora a momentos de orientação mais comercial, na percepção de Ferreira (1996).

Intérpretes de primeira hora da Revolução de 1930, Pedrosa e Xavier notam que, segundo Di Carlo (2018), ela foi produto de uma cisão no interior das classes dirigentes. *OESP* mais do que os outros periódicos reflete as disputas no seio da oligarquia. Em 1926, dissidentes do PRP e políticos independentes fundaram o Partido Democrático (PD). A seu serviço esteve o diário paulista. Setores da oligarquia descontentes com a política oligárquica aproximaram-se do campo oposicionista.

A linha editorial de *OESP* estava mais próxima do *CM* no contexto pré-revolucionário do que a do *JB*. Um jornal fundado para difundir o republicanismo no período imperial e um dos construtores da república oligárquica alinhava-se a outro criado para opor-se radicalmente às oligarquias até mesmo na apreciação de Sodré (1966). Doutrinariamente, o liberalismo foi usado para criticar políticos liberais responsáveis pela construção de uma república marcada pelo autoritarismo desde o início. Com o mais completo parque gráfico do país, o *JB* mudaria sua linha editorial com Assis Chateaubriand em 1919. O matutino alinhava-se ao liberalismo econômico, defendendo a internacionalização cada vez maior da economia brasileira, revela Morais (2011). Sem perder a moderação, o *JB* tendia a aproximar-se da oposição, onde o *CM* fincara pé já em sua fundação e *OESP* colocava um de seus pés.

O dissenso revela-se ao se tomar uma posição política ante o debate público. Como doutrina, o liberalismo fornece a gramática para interpretar a realidade, não as posições que os atores ocuparão no campo conforme sua leitura do jogo político. Com exceção do *JB*, os outros dois periódicos apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal em março de 1930. Derrotado pelas oligarquias situacionistas, *OESP* denunciou as fraudes eleitorais. De imediato, sua posição não avançaria, manteve distância da operação militar liderada por Vargas. Após a deposição de Washington Luís em 24 de outubro, aderiu à Revolução de 1930 e no dia seguinte noticiou aliviado que o Brasil respirava, conforme Pilagallo (2002). O *CM*, por sua vez, apoiou o movimento armado.

Já o *JB* seria empastelado e deixaria de circular por quatro meses. Um sinal de que a imprensa liberal seria alijada do poder que ajudou a implementar e de que o programa aliancista seria desfigurado. Se os liberais descontentes com a Primeira República afastaram-se do governo deposto, tenderiam a se reaproximar da oligarquia derrotada em outubro. A imprensa afastar-se-ia de Vargas à medida que ele se revelou mais autoritário do que liberal. Pilagallo (2012, p. 93) nota que "as duas tendências contraditórias conviviam na aliança que derrotara a República Velha. A força política do movimento não vinha de sua unidade interna, mas do inimigo comum, a oligarquia". A operação militar fortaleceu o autoritarismo militar dos tenentes diante do liberalismo dos civis. A maior frieza de *OESP* em relação ao movimento armado é mais tática do que o adesismo do *CM* na medida em que a Aliança Liberal conciliou projetos excludentes e a tomada do poder pela força das armas iria enfraquecer os liberais e seu programa de reformas.

Em seguida ao empastelado, o *JB* manteve-se mais próximo de Vargas. O *CM* conviveu com o autoritarismo moderando seu discurso oposicionista. Em entrevista publicada por Andrade (1991, p. 108), Luiz Alberto Bahia recorda da importância da amizade do redator-chefe Costa Rego com o ditador para manter uma "oposição moderada, sutil", não ameaçando a estabilidade da empresa jornalística. A oposição mais radical coube a *OESP*. Contrariando os liberais paulistas, Vargas nomeou um interventor militar nordestino para São Paulo – o coronel João Alberto. A expectativa do PD, da base da Aliança Liberal, era ver o posto sendo ocupado por um civil de origem paulista. O matutino contemporizou por seu redator-chefe Plínio Barreto ser nomeado para a secretaria da Justiça; simultaneamente outros membros do partido ocuparam outras secretarias do governo provisório. Todos renunciariam em pouco mais de um mês. O jornal veio a se opor abertamente ao governo federal em janeiro de 1931, quando do empastelamento do *Diário Nacional*, do PD, por ordem do interventor João Alberto. A pressão surtiu efeito e em julho Barreto seria indicado por Vargas para assumir a interventoria. Os tenentes vetaram.

As posições tomadas por *OESP* refletem a tensão entre o liberalismo e o tenentismo. Vargas esperava o jogo político definir-se para escolher seus aliados para fortalecer-se. Indefinido, flutuava entre os liberais e os tenentes. Em março de 1932, o diário deixou claro que estava se posicionando no campo opo-

sicionista ao afirmar em editorial que o país vivia sob uma ditadura, observa Pilagallo (2012). Herdado em 1927 pelos filhos de Mesquita, sua direção estava envolvida desde fevereiro nas articulações que desembocariam na Revolução Constitucionalista. Os liberais reaproximaram-se da oligarquia ao se afastarem de Vargas. Preservando o liberalismo como doutrina, os atores políticos reposicionam-no em nome da manutenção da ordem capitalista, passando a defender atos que, em princípio, não defenderiam. A Revolta Comunista de 1935 é emblemática por *OESP* e o *CM* novamente apoiarem o governo, para posteriormente sofrerem as consequências do autoritarismo que defenderam na repressão aos comunistas. Vargas daria um golpe em 1937 e se manteria no poder até 1945.

A partir da Revolução de 1930, Vargas procurou controlar a imprensa. A censura institucionalizou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. No ano seguinte seria designado um preposto do DIP para assumir a direção de *OESP*, com seu proprietário Mesquita Filho indo para o exílio, após diversas prisões. Voltando a circular durante o governo provisório, o *JB* passou por grave crise financeira. Foi reestruturado pelo novo diretor-financeiro José Pires do Rio em 1934, tornando-se mais popular por causa de seu caderno de classificados, na observação de Fonseca (2008), até a morte do jornalista quase duas décadas depois. O protagonismo pelo fim da censura e, posteriormente, do Estado Novo coube ao *CM* e Lacerda.

Como *freelance*, o jornalista entrevistou José Américo de Almeida sobre a situação política nacional. O entrevistado fora ministro de Vargas e um dos presidenciáveis das eleições frustradas de 1938 e suas palavras poderiam abalar a base do Estado Novo. Na entrevista, reivindicou eleições diretas e o fim da censura. O *Diário Carioca* iria publicá-la, mas recuou por temer a ação do DIP. Lacerda e José Américo distribuíram-na a vários jornais no intuito de dificultar a ação do governo por tornar a punição coletiva, destaca Morais (2011). O *CM* publicou a entrevista em 22 de fevereiro de 1945, sendo o único diário a cumprir o acordo. Instalou-se um clima de desobediência a Vargas e nos dias seguintes a entrevista seria reproduzida por outros jornais. O discurso oposicionista tornou-se hegemônico na imprensa. Sob intervenção, *OESP* foi uma exceção. Seria devolvido a seus proprietários legítimos logo após as eleições de dezembro. Sua experiência traumática no Estado Novo, avalia Kucinski (1975), incorporou-se a seu antifascismo. Com a avaliação estendida ao *CM*, a gramática liberal é mobilizada no período democrático de modo distinto pela imprensa conforme a leitura que faz do getulismo e do comunismo para as disputas políticas.

Assim como fizera com os liberais e os tenentes, Vargas tentava dar as cartas do jogo político. Nos anos 1930, negociara entre aliados com projetos excludentes; em 1945, tentava controlar a transição ao ceder à oposição mantendo o controle da máquina estatal. Já em fevereiro baixou a Lei Complementar nº 9, prevendo eleições em 90 dias. Contudo elas seriam marcadas com o Código Eleitoral de maio; para a presidência da república e para o parlamento nacional em dezembro e para os governos e assembleias nacionais em maio do próximo ano.

A oposição criou a UDN, reunindo de liberais a socialistas – posteriormente parte destes teria sua trajetória política ligada diretamente a Pedrosa no Partido Socialista Brasileiro (PSB) a partir de 1947 e a trajetória intelectual de alguns daqueles cruzariam com a de Pedrosa na imprensa; especialmente a de Lacerda. Da base governista surgiu o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a anistia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou à legalidade. Ao contrário de 1935, apoiando Vargas, enquanto os udenistas exigiam seu afastamento do governo para a transparência das eleições. Dias antes do pleito eleitoral, uma ação militar derrubou o ditador e pôs fim ao Estado Novo. A UDN concorreu com o brigadeiro Eduardo Gomes, o PSD com o general Eurico Gaspar Dutra e o PCB com o engenheiro ledo Fiúza – diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de 1937 a 1945. Somente uma semana antes das eleições Vargas e o PTB, partido que escolheu para se filiar, declararam apoio a Dutra.

O que *OESP* representa para a transição do império para a república, o *CM* simboliza para a transição democrática: o protagonismo da imprensa na história brasileira. Administrado por Paulo Bittencourt desde 1929, o matutino carioca foi pró-brigadeiro, apesar de, lembra Andrade (1991), manter relações mais com políticos do PSD do que da UDN. Não poupou críticas ao presidencialismo do PSD. No editorial "Razões de Desconfiança", afirmou que Dutra defendia a democratização por oportunismo, aproveitava-se "das novas condições política para alcançar o poder e, em seguida, restabelecer o regime ditatorial que havia arquitetado conjuntamente com Vargas", observa Silva (2009, p. 154). A retórica do *CM* nas Eleições de 1945 predomina no período democrático: Vargas é uma ameaça ao processo democrático. Retornando às mãos de Mesquita Filho após as eleições, *OESP* se posicionaria ao lado do *CM* no acompanhamento da apuração dos votos, torcendo pela vitória da UDN.

A luta pela democratização tornou-se hegemônica e o *JB*, em seu apoio ao PSD, também a defendeu. Mas as posições tomadas durante o jogo político revelam que a defesa da democracia seria mais instrumental do que um fim. Se a intransigência da retórica oposicionista escamoteava as contradições do processo político, apontava que o poder era condição *sine qua non* para a efetivação de um projeto político. Destarte, um governo eleito democraticamente poderia tomar medidas autoritárias para aprofundar seu domínio político e a oposição seria capaz de defender meios antidemocráticos para chegar ao poder. Bem como o *CM* e *OESP*, o *JB* acreditava que se alcançaria a democracia através da realização de eleições livres, de uma nova constituição liberal, eliminando os resquícios da ditadura, aponta Silva (2009). Eleito Dutra, apoiou suas medidas autoritárias contra os comunistas. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado e o Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos; em janeiro do ano seguinte, os mandatos dos comunistas seriam cassados. Em conjunto com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, as medidas alinhavam o governo aos Estados Unidos na Guerra Fria.

Derrotados nas eleições de 1945, o *CM* e *OESP* reconheceram a vitória do PSD, embora enfatizassem o seu risco para o

processo democrático. Silva (2009, p. 157) observa que eles julgaram a candidatura udenista vitoriosa por ela ter "contribuído com a discussão democrática e organizado as forças oposicionistas contra o Estado Novo". Também apontaram a importância do campo liberal para a democratização, ao forçar Vargas a convocar as eleições e ao articular com os militares sua deposição. Ao contrário da Revolta Comunista de 1935, ambos os periódicos não apoiaram as medidas autoritárias contra os comunistas. Consideraram-nas um ataque ao regime democrático.

Em depoimento de 1979, coletado por Caldieri (2001, p. 214), Muniz lembra que o *CM* "defendeu a legalização do Partido Comunista e combateu o Dutra, quando ele propôs a ilegalidade do partido". Quando o jornal do PCB *Tribuna Popular* foi empastelado pelo governo, o matutino de Bittencourt afirmou que a democracia estava sofrendo um golpe em razão da liberdade de imprensa ser um princípio democrático e sustentou que em uma democracia não se negava "a liberdade de expressão e de pensamento aos órgãos comunistas", nota Silva (2009, p. 199). Por ter tido a mesma posição, Mesquita Filho foi chamado de agente de Moscou por Chateaubriand, conforme Moraes (2011). Chateaubriand simplesmente estava ignorando o anticomunismo de *OESP*, também marcante no *CM*. Ambos os periódicos estavam alinhados à UDN, partido que se opôs às manobras do PTB para cassar o PCB. O campo oposicionista foi organizado pelos liberais no período democrático, cuja maior representatividade partidária era a UDN. Sem alternativa, combatia-se o getulismo aproximando-se do liberalismo e do udenismo.

O cenário político não mudaria muito nos anos seguintes. O centro gravitacional da política nacional era mais Vargas do que o comunismo. De um lado, o PCB seguidamente alinhava-se a Vargas e a seus herdeiros políticos; de outro, o campo liberal defendeu os comunistas quando foram perseguidos em uma manobra do PTB, que disputava a mesma base social do PCB. A retórica anticomunista era usada para a defesa da ordem capitalista ou para sustentar meios antidemocráticos para se alcançar o poder. Reconhece-se a doutrina dos atores políticos por sua gramática não por suas posições no jogo político. Doutrinariamente, *OESP*, *CM* e *JB* defendiam o liberalismo. Mobilizavam-no na defesa de suas posições políticas, conquanto não fosse incommum estarem em campos opostos. Com Vargas voltando à Presidência da República por eleições livres em 1950, o jogo político tornou-se mais dramático. Venceu enfrentando a oposição da maioria da imprensa; venceu porque a estrutura formada por ele a partir da Revolução de 1930 foi determinante para a formação da nova ordem.

A *TI* foi criada em 1949 como trincheira antigetulista e anticomunista. Quatro meses antes das eleições presidenciais de outubro deixava claro seu radicalismo ao estampar em suas páginas que "Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar", cita Laurenza (1998, p. 54-55). Já em janeiro de 1951 o vespertino lacerdista e *OESP* iniciaram uma campanha para impedir sua posse.

Em aparte na Câmara, Aliomar Baleeiro (UDN) alegou que a posse de Vargas seria legítima se tivesse alcançado maioria absoluta dos votos. Uma manobra anticonstitucional na medida em que a Constituição de 1946 falava que o candidato seria declarado vencedor bastando obter a maioria dos votos. Tese defendida pela *TI*, *OESP* e *CM*, nem tanto pelo *JB*, por seu quase alheamento do jogo político. A oposição se acirrava conforme o governo sofria acusações seguidas – como a da CPI da *Última Hora*, diário criado com apoio de Vargas e financiamento do Banco do Brasil; e o atentado sofrido por Lacerda a mando de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente da república. Os periódicos comandados por Lacerda, Mesquita Filho e Bittencourt manobram para derrubar Vargas até às vésperas de seu suicídio. Abreu e Lattman-Weltman (1994) notam que o segundo deles levou sua oposição ao limite ao não dar a primeira página para noticiar o suicídio de Vargas.

O campo liberal, porém, não deixou de apoiar alguns projetos pontuais do Executivo remetidos ao Congresso, e às vezes forçou o governo a adotar medidas mais à esquerda do espectro político do que à direita. Em dezembro de 1951, Vargas propôs a criação da Petrobrás em regime de economia mista, com 51% das ações sendo controladas pelo governo. O deputado udenista Bilac Pinto apresentaria um substitutivo em junho de 1952 determinando o monopólio estatal da produção de petróleo, menos na distribuição de derivados. No mesmo ano, o senador udenista Ferreira de Sousa apresentou o projeto de lei para viabilizar a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Como lembra Neto (2014), jornais oposicionistas fizeram campanha pela aprovação do projeto. Não por acaso o *CM* foi um deles, por ter ligações com a burguesia industrial, beneficiária da exploração do petróleo como o grupo Soares Sampaio-Correia e Castro que controlava a Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A. O nacionalismo atravessava todo o espectro político, assim como o anticomunismo. Só que o antigetulismo era organizado pelo campo liberal, dificultando a ação política autônoma contra Vargas e seus herdeiros.

Enquanto Vargas comandava o jogo político, a linha editorial do *CM*, *OESP* e, posteriormente, *TI* estava alinhada. Após seu suicídio em agosto de 1954, ocorreu um reposicionamento no campo liberal em razão de os atores políticos interpretarem de modo distinto a herança getulista. A convergência entre os três periódicos se desfez no processo de sucessão presidencial. Enquanto Kubitscheck articulava sua candidatura pelo PSD, os militares vetaram-na em janeiro de 1955 por ele ser herdeiro de Vargas e propuseram o lançamento de um candidato civil de união nacional. Se não bastasse a resistência interna, sofreu com a oposição intransigente de Lacerda e das Forças Armadas. Também ouviu um pedido do presidente Café Filho para recuar e não se candidatar.

A *TI* e *OESP* julgaram que Kubitscheck era um risco à estabilidade do regime democrático. O *CM*, por sua vez, manteve-se neutro. Em depoimento a Andrade (1991), Bahia afirma que Bittencourt apoiava discretamente Kubitscheck. Em agosto, o general Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar e

Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, falou que as eleições livres eram uma "mentira democrática" por estarem sendo regidas sob influência do suicídio de Vargas. O discurso foi publicado na íntegra na *TI* e Lacerda passou a defender em seu vespertino a "adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro-ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte", anota Delgado (2006).

Lacerda forçava o campo liberal a defender a quebra da legalidade, mesmo criticado pela UDN. *OESP* estava alinhado à campanha lacerdista desde o início; já o *CM* não. Álvaro Lins e Augusto Frederico Schmidt tentaram convencer Bittencourt a enfrentar os militares, mas ele prometeu que enfrentaria se Kubitscheck fizesse o mesmo. Os dois escritores articularam e Dourado (2000) lembra que sugeriu a frase que seria atribuída ao candidato do PSD e ganharia a manchete no *CM*: "Deus poupou-me o sentimento de medo".

Kubitscheck ganhou as eleições de outubro de 1955 com seu partido dividido e em um clima mais favorável à quebra da legalidade por causa do posicionamento das Forças Armadas. Em razão de ter recebido 44% dos votos, a tese da maioria absoluta usada anteriormente voltou; ao contrário do posicionamento em relação à cassação do PCB em 1947, o anticomunismo foi usada para deslegitimar as eleições, ao alegar que a diferença de 500 mil votos do segundo colocado Juarez Távora para Kubitscheck devia-se ao apoio do ilegal PCB. Os argumentos lançados na *TI* ressoavam em *OESP*, dando sinal que o campo liberal não era mais o mesmo após o suicídio de Vargas. Os liberais continuariam a organizar o campo oposicionista até 1964, tendendo, agora, a se situar mais à direita do espectro político, com o acirramento da Guerra Fria. Do mesmo modo, eles mobilizavam de modo distinto sua gramática quando se tratava de interpretar a herança getulista.

A retórica cabia à imprensa, a ação aos militares: o general Henrique Teixeira Lott, que também vetara o candidato do PSD em conjunto com outros militares de alta patente, deu um golpe militar para garantir a posse do presidente eleito em novembro. O *CM* apoiou, a *TI* e *OESP*, não. O "limite factual" da Novembrada é o "expediente da intervenção militar", cujos sentidos atribuídos a ele mudam conforme "os posicionamentos circunstanciais em jogo", por não haver "contradições entre o recurso a perspectivas de reconhecido matiz liberal e o recurso à intervenção militar e à quebra dos procedimentos legais estabelecidos pela Constituição de 1946", argumenta Biroli (2003, p. 270). Kubitscheck assumiu no final de janeiro de 1956 e militares revoltosos tentariam derrubá-lo duas semanas depois. O estado de sítio permanecia, a censura prévia recrudescia e o *CM* novamente alinhava-se à *TI* e a *OESP*. No mesmo ano, o *JB* reestruturava-se. Deixando de ser um boletim de anúncios, passaria a opor-se a Kubitscheck. O moralismo tornou-se mais efetivo, na medida em que mobilizava a sociedade civil e confundiu-se com a defesa da "moral republicana".

Com a construção de Brasília, identificada com a escalada inflacionária, o alinhamento dos quatro periódicos fortaleceu,

tornando o candidato da oposição unanimidade entre eles em 1960. Jânio Quadros parecia ter o perfil exigido pelos militares nas eleições anteriores: ao contrário de Kubitscheck, não fez sua carreira política à sombra de Vargas e começou a atuar politicamente no período democrático; ademais, não era filiado ao PSD, ao PTB ou à UDN. Lacerda lutou para seu partido apoiar Jânio e sua posição venceu. Pela primeira vez desde a Revolução de 1930, Vargas ou alguém chancelado por ele não ocupava a presidência da república. Por pouco tempo: Jânio renunciou em agosto de 1961. Durante seu curto governo, atuou de forma independente, aproveitando-se da própria divisão interna entre os liberais. Vargas fora o elemento unificador do campo liberal. Sua morte acentuou as diferenças entre a direita e o centro. As duas tendências liberais encaravam de modo distinto a herança getulista.

O liberalismo continuava hegemônico no campo oposicionista, mas a tomada de posições ante o jogo político às vezes tornava-se inconciliável a ponto de os quatro periódicos atacarem-se mutuamente. Se em 1955, a *TI* e *OESP*, de um lado, e o *CM*, de outro, usaram a palavra escrita para demonstrarem suas diferenças, a partir da renúncia de Jânio passariam a usar a força. Em 1961, o primeiro dos jornais não era mais de Lacerda. Eleito governador do Estado da Guanabara, usou seu poder para censurar o diário que apoiava a posse do vice-presidente João Goulart. O redator-chefe Bahia "não só impediu a presença dos censores na redação, como não permitiu que se tocasse em uma linha sequer do texto", lembra Atala (2002, p. 39). Apesar de o matutino ser impresso sem mutilações, seus exemplares foram recolhidos pelo DOPS na boca da rotativa, deixando de circular por vários dias. Empossado, Goulart passou a sofrer oposição do *CM*. Inicialmente, essa oposição não foi intransigente como a de *OESP* e a do *JB*, por apoiar as reformas de base, especialmente a reforma agrária, e a volta do presidencialismo; depois, seria tão radical quanto, alinhando-se aos conservadores em 1963. Mesmo ano em que Niomar Moniz Sodré, viúva de Bittencourt, assumiria o *CM*.

Em 1962, Mesquita Filho começou a se reunir "com alguns dos principais articuladores do movimento de março de 1964, nos escritórios do próprio jornal, para discutir as linhas gerais do novo regime a ser instaurado no Brasil", afirma Kucinski (1975, p. 4). Enquanto o centro flutuava, a extrema-direita conspirava para efetivar um projeto político através da força. O anticomunismo teve papel fundamental na coalização entre civis e militares, assim como no realinhamento no campo liberal. Entrevistado por Andrade (1991, p. 107), Bahia lembra que dificilmente o *CM* levaria sua defesa de Goulart até o fim, "por todo o seu lado conservador, liberal, antijanguista, acabaria tendo de se mostrar como se mostrou, pedindo a cabeça de Jango. Eu não acredito que pudesse ter feito alguma coisa diferente. O curso do *Correio* seria aquele". Depois dos editoriais *Basta!* e *Fora!*, o golpe militar se consumou.

A linha editorial do *CM*, de *OESP* e do *JB* estava alinhada novamente. O campo oposicionista mudaria, passando a ser organizado pela esquerda. Quando o *CM* novamente opôs-se contra o poder que ajudou a implementar, radicalizou sua retórica,

ao contrário do que fizera durante o Estado Novo. Sua mudança de posição deu-se por causa do Ato Institucional nº 2 (AI-2), baixado pela ditadura militar em outubro de 1965. Bem mais rápida do que a de *OESP*, que esperaria até o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, para alinhar-se ao campo oposicionista. Como fizera anteriormente, o *JB* aclimatou-se à ditadura.

Os limites da atuação de um intelectual público

A atuação intelectual de Pedrosa ocorreu no interior desse campo sintetizado acima. Era onde suas ideias podiam circular como opositor do PCB e de Vargas. Minha hipótese é que as políticas tiveram uma circulação restrita, concentrando-se em períodos bem demarcados – especialmente em crises políticas agudas, destacadamente as que ocorreram com a volta de Vargas ao Executivo em 1950 e as eleições de 1955. Sendo a imprensa liberal, tinha de haver um cruzamento das posições políticas de Pedrosa com as dela para suas ideias políticas encontrarem espaço na seção opinativa do periódico ao qual fora contratado como colunista de artes visuais. Como colunista cultural, tinha mais autonomia em relação à linha editorial do jornal. Em depoimento publicado por Andrade (1991, p. 102), Luiz Alberto Bahia lembra um episódio ilustrativo: Niomar Moniz Sodré, jornalista e esposa do presidente do *CM*, após criticar um editorial do diário contra a construção de Brasília durante um jantar no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, mandou seu discurso para ser publicado no "corpo do jornal", mas Bahia respondeu que só o "divulgaria na seção de artes plásticas".

Estabelecendo como marcos o primeiro e o último texto assinados por Pedrosa no *CM*, foi colunista do jornal de 10 de dezembro de 1944 a 1º de julho de 1951. Para chegar à delimitação do primeiro ciclo pedrosiano na imprensa brasileira a partir da década de 1940, desenvolvi uma metodologia de consulta à Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), mantida pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN). O sistema de busca da HDB apresenta falhas, não encontra todas as referências às combinações de palavras pesquisadas: Mário Pedrosa, M. Pedrosa e M. P., como o intelectual assinava seus textos. Inicialmente, conferia as referências do buscador até apreender a regularidade das colunas pedrosianas – em relação à sua periodicidade e paginação. Posteriormente, fazia a busca manual, edição por edição, considerando o dia da semana e a página do diário. Portanto, a metodologia geral é a lógica de consulta ao acervo digital; enquanto a específica é a organização interna de cada jornal.

Conforme Pedrosa (1949), sua coluna "Artes Plásticas" foi criada em novembro de 1946. Impressa na penúltima página da "Primeira Seção", ela mudava de paginação por causa do volume total de páginas do *CM*. Ocasionalmente, a partir de 18 de julho de 1948, era veiculada na antepenúltima página; e 02 de dezembro de 1950, na página dois. Tinha uma importância secundária diante das outras colunas culturais ("Cinema", "Música" e "Teatro"): quando presente na seção cultural, ficava na parte inferior da pá-

gina e a fonte do título era menor. O deslocamento da coluna "Artes Plásticas" para outras páginas demonstra que ela buscava sua consolidação perante o colonismo cultural na imprensa. Contudo, ao colonista escrever sobre artes visuais para a "Segunda Seção", seu texto estampava a primeira página do caderno dominical.

Embora tenha assinado poucos textos sobre política durante sua permanência no *CM*, eles não eram secundários em relação ao colonismo político. Antes de fundar a coluna "Artes Plásticas", escrevera sobre política internacional para a "Segunda Seção" em três oportunidades e tivera uma coluna política e uma carta aberta publicadas na página dois do jornal. Todos com as letras do título similares aos outros textos da página, merecendo destaque a última, por ser publicada ao lado da coluna "Na Tribuna da Imprensa", assinada por Carlos Lacerda, cujo nome ele manteria direito ao fundar seu periódico em dezembro de 1949.

Pedrosa, entretanto, teria mais espaço para escrever sobre política após tornar-se colonista de artes visuais do *CM*. Regularmente, entre 04 de novembro de 1947 e 04 de abril de 1948, por causa de sua estadia na Europa. No período, manteve uma coluna de política internacional na última página da "Primeira Seção" e escreveu perfis de artistas, escritores, intelectuais e políticos que encontrara durante sua viagem na primeira página da "Segunda Seção". Ao contrário da coluna "Artes Plásticas", a de política internacional era uma das de maior destaque na página, geralmente estampada na parte superior da página e o título com fonte maior.

Durante o período de correspondente internacional, o crítico raramente assinou suas colunas de artes visuais. Prática comum quando eram notas sobre exposições e cursos; reproduções de cartas enviadas por seus leitores, de manifestos de grupo de artistas e de estatutos de museus e divulgação de textos de críticos de arte internacionais. Ao coletar seus textos na imprensa,

excluí os anônimos. A divisão da produção pedrosiana no *CM* entre artes e política no Gráfico 1 tem como critério a divisão aceita por seu autor mesmo, uma vez que seus textos ora eram impressos na página cultural ora na página política. Destarte, mesmo os perfis de políticos estão incluídos na linha das artes, por não se tratarem de textos de intervenção política em sentido estrito. Os textos políticos de Pedrosa no *CM* eram sazonais e restritos – concentraram-se em um período de tempo bem demarcado, como demonstra o Gráfico 1.

O crítico escreveu regularmente em *OESP* entre 1950 e 1953 e no biênio 1955-1956. O jornal está digitalizado no Arquivo Estadual (AE). Assim como no caso anterior, fiz a busca manual após apreender a regularidade das colunas pedrosianas, ao pressupor que o buscador do *AE* também apresente as mesmas falhas do da HDB. Enquanto os primeiros anos de Pedrosa em *OESP* se sobrepueram ao fim de seu ciclo no *CM*, os outros coincidiriam com os da *TI* – até seu afastamento em 1954. O título de vários textos do crítico no primeiro jornal é análogo ao dos outros. Mas contabilizei todos para demonstrar a sazonalidade de seus textos de intervenção política em relação aos de artes visuais. Usando critério análogo à divisão entre artes e política no *CM* (1944-1951), a trajetória pedrosiana na *OESP* e na *TI*, também disponível na HDB, corroboram a tendência. Pedrosa não assinou textos políticos em 1949 e 1950 nos diários em que era colonista. A partir de 1951, a tendência inverter-se-ia, com seus textos sobre política igualando-se aos sobre artes visuais até tornarem-se exclusivos em 1955 e 1956 – tendência visível no Gráfico 1. O período de 1951 a 1956 evidencia como o colonismo cultural abria espaço político para o crítico na grande imprensa.

Companheiro de redação de Lacerda no *CM* até 1949, Pedrosa voltaria a ser em 1951 após ser contratado pelo udenista para escrever duas colunas semanais para a *TI*: a publicada na

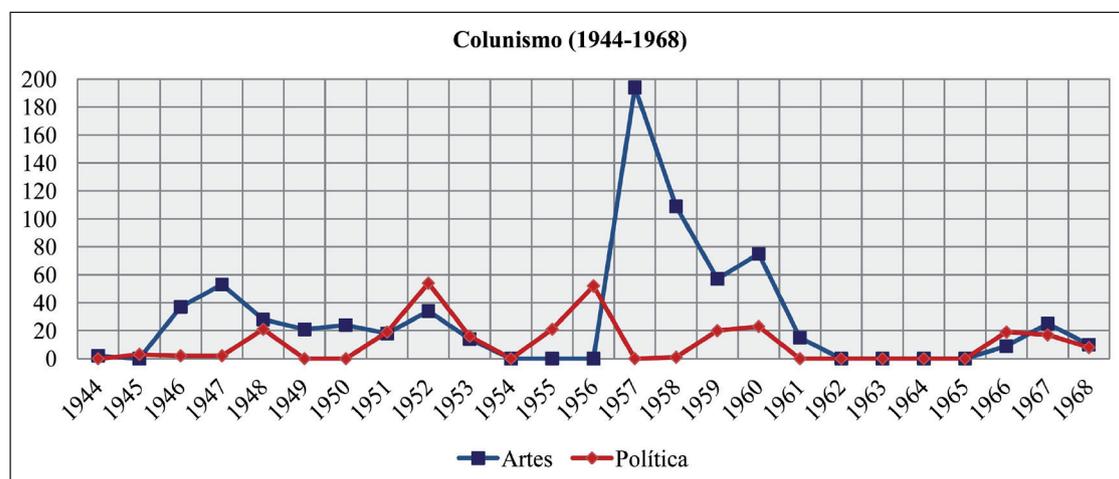


Gráfico 1. Colunas de Pedrosa publicadas entre 1944 e 1968

Graph 1. Pedrosa columns between 1944 and 1968

Fonte: o autor.

quinta-feira era sobre política e a imprensa no final de semana era sobre artes visuais. A periodicidade foi mantida entre 09 de agosto de 1951 e 14-15 de março de 1953. Na cronologia mais completa sobre o colunista, Pedrosa e Vasquez (1992) afirmam que ele ingressou no diário em 1951, permanecendo pouco tempo por ter se desentendido com Lacerda. Mas o afastamento dar-se-ia, conforme notas na *TI*, em razão de viagem sua à Europa para participar como perito brasileiro junto à Comissão Organizadora da Exposição Mundial de Arte. De qualquer forma, o afastamento durou até 07 de dezembro de 1955, quando assumiu uma coluna política – mantida até 11 de outubro de 1956, sempre irregular em relação ao dia da semana e quantidade publicada semanalmente. Afirmar, portanto, que o ciclo pedrosiano no diário durou pouco tempo não é factual. Considerando as duas passagens do colunista, o ciclo durou cerca de três anos.

Em ambas as passagens, os espaços do crítico no jornal foram de destaque. A coluna "Artes Plásticas" dividia a página sete com as outras colunas culturais ("Cinema", "Música" e "Teatro"). Embora na parte inferior da página, a fonte de seu título era similar às demais. O colunismo de artes visuais estava se consolidando na imprensa. Em 1952, a página cultural passou a ser a oito e, ocasionalmente, a seis. A partir de 28-29 de junho, a coluna "Artes Plásticas" foi para o alto da página. Continuou no alto em 1953, passando para a página nove para já em 07-08 de março ser deslocada para o "Segundo Caderno", com as outras colunas culturais. Os textos políticos de Pedrosa eram impressos na página quatro, na parte inferior, com a fonte do título menor diante da do editorial, que encabeçava a página. Mudanças ocorreriam somente na segunda passagem do crítico pela *TI*. A paginação de sua coluna política continuou a mesma, mas a partir de 04 de maio de 1956 às vezes foi publicada no espaço destinado ao editorial nos outros dias.

O retorno de Pedrosa ao periódico em dezembro de 1955 foi demarcado pelas Eleições. A sazonalidade dos textos políticos do jornalista em relação aos de artes visuais demonstra que sua porta de entrada para o colunismo político foi o cultural e que a sazonalidade tinha como substrato os debates políticos, como as Eleições de 1955 e seus desdobramentos no Governo Juscelino Kubitschek. De um lado, um intelectual torna-se público conforme sua especialidade é reconhecida socialmente; de outro, quando suas ideias políticas podem ser usadas em defesa da posição dos agentes do campo em que elas circulam. No caso de Pedrosa, sua consolidação na imprensa como crítico de arte abriu espaço para ele intervir nos debates públicos, desde que seu projeto socialista e seu repertório intelectual marxista levassem-no a se posicionar como os liberais no jogo político – opondo-se à candidatura e, posteriormente, à posse de Kubitschek, como demonstram o conteúdo de suas colunas políticas².

Meses após assinar seu último texto de intervenção política na *TI*, Pedrosa assumiria a coluna "Artes Visuais" do *JB*. A

primeira saiu em 17 de janeiro de 1957 e a última em 25 de novembro de 1961. Foi o período mais produtivo do jornalista na imprensa – destacado pelo movimento no Gráfico 1. Sua coluna era diária e, diferente de quando escrevera no *CM*, raramente deixou de subscrever seu nome nela. Dividindo a página oito com outras colunas culturais ("Música" e "Vida Literária"), a dele era impressa no alto da página. No percurso do crítico, o colunismo de artes visuais consolidara-se no período imediato anterior – em *OESP* e *TI*.

Mesmo mudando de página, a coluna "Artes Visuais" destacava-se na seção cultural. Suas mudanças foram constantes, como verifiquei ao consultar a HBD: em 23 de julho de 1957 recuou para a página seis; um ano depois voltou para a página oito; recuou novamente para a página seis em 03 de junho de 1959; mudou para o "Caderno B", página dois, em 15 de setembro de 1960. Mas o fato mais significativo foi que Pedrosa passou a dividi-la com Ferreira Gullar em 1959. A partir daí passaria a intervir politicamente na esfera pública na página três do *JB*, tendo como variável as disputas políticas, destacadamente o clima eleitoral de 1960, com o lançamento dos candidatos à presidência no ano anterior. Tendência percebida no Gráfico 1, corroborando a hipótese de que suas colunas de artes visuais abriam espaço para ele escrever sobre política na imprensa, cuja sazonalidade era determinada pelos debates políticos.

Antes, em 21 de maio de 1958, Pedrosa publicara na mesma página opinativa uma denúncia sobre uma correspondência sua apreendida. Começou a escrever sobre política ocasionalmente em 1959 – por duas vezes seus textos foram impressos ao lado do editorial até novembro – e fechou o ano escrevendo de forma regular. Entre 1º de janeiro e 10 de junho de 1960, sua coluna política foi semanal. Na parte superior ou inferior da página três, ela tinha o mesmo destaque das outras.

Diferentemente do *CM* e da *TI* nos anos anteriores, em ocasiões especiais Pedrosa teve uma coluna cultural impressa na página opinativa, como uma série de comentários sobre a cultura japonesa, por ocasião de uma viagem sua para trabalhar no Museu de Arte Moderna de Tóquio em 1958. Todas as suas colunas culturais foram incluídas na linha das artes no Gráfico 1. Assim como seus dois ensaios sociológicos, ambos publicados em três partes no "Suplemento Dominical" em 1957 e 1958. Também ao resenhar o livro *Teoria da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, para o "Terceiro Caderno" em 1958. Adotei o critério para visualizarmos a sazonalidade de seus textos políticos de intervenção nos debates públicos.

Nomeado em 22 de março de 1961 Secretário-Geral do Conselho Nacional de Cultura por Jânio Quadros, cuja candidatura apoiara, Pedrosa afastou-se do colunismo. Após cinco anos, voltaria a escrever regularmente para a imprensa, de novo no *CM*. Sua primeira coluna foi publicada em 12 de junho de 1966 e a última em 20 de outubro de 1968. Ela era semanal e, espelhando o início

² Um exemplo complementar: os festivais de música dos anos 1960, organizados pelas redes de televisão, fizeram com que músicos se tornassem intelectuais públicos, fato inédito até então.

da passagem do crítico pela *TI*, alternava artes visuais e política. Frequentemente estampava a página três do "Quarto Caderno", dedicado a ensaios de meia página e encadernado aos domingos. Perderia a regularidade semanal em 1968, sendo veiculada às vezes no "Segundo Caderno", encadernado diariamente.

Em 13 de novembro de 1966 ocorreu uma exceção ilustrativa da sazonalidade dos textos políticos de Pedrosa. Publicou uma coluna no "Caderno do Eleitor". Candidato a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o jornalista começou a escrever sobre política em 18 de setembro e semana após semana foi tema exclusivo de suas colunas até 27 de novembro. Aí está o motivo do movimento do Gráfico 1. A divisão dos textos foi baseada no tema central da coluna. Destarte, levei em conta se a temática pertencia ao campo das artes ou da política.

O último ano do crítico no *CM* fechou um ciclo de intensa produção intelectual e intervenção política na imprensa em defesa de suas ideias. Mas a gramática política na *Realpolitik* não tem a pureza da doutrina política. Em contextos históricos específicos, categorias podem ter significados análogos em espectros políticos antagônicos, levando a uma aproximação tática entre eles. Pedrosa era um intelectual público, especialista em arte moderna, mas seu acesso à página opinativa ocorria quando suas posições políticas cruzavam com as dos liberais. Em depoimento reunido por Marques Neto (2001), Luciano Martins observa que o crítico pagou o preço político por militar em um campo que não era o seu por causa do contexto maniqueísta da Guerra Fria.

Conclusões

Anderson (2012) nota que há uma especialização na produção intelectual dos espectros políticos: o interesse da direita tende para as tarefas imediatas de administrar o mundo; o centro para construções filosóficas normativas; e a esquerda para investigações culturais, econômicas e sociais. Apropriando-se da observação para pensar Pedrosa como intelectual público, a defesa de uma estética era um projeto socialista, cuja atuação não estava voltada para o poder, enquanto a intervenção nos debates era o poder socialista, usando sua gramática no campo oposicionista organizado pelos liberais no combate ao getulismo e ao stalinismo. Ao ser entrevistado por Loureiro (1984, p. 219), Oliveira S. Ferreira afirma que "Mário tinha um agudo sentido de que a política era poder. Agora, não conseguiu encontrar, digamos assim, o caminho de chegar lá".

Filiando-se ao PSB em 1948, que lançaria João Mangabeira como candidato à presidente em 1950, Pedrosa ausentou-se do colunismo político. Seu partido se coligou com a UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL) para colocarem Juarez Távora na disputa presidencial de 1955. O ano marcou o retorno do crítico ao colunismo político. Um ano depois seria expulso do partido. A hipótese da expulsão lançada por Andrade (2014) não se sustenta. Ao contrário do que afirma, Pedrosa apoiou o militar cearense, como demonstram de forma exhaustiva suas colunas políticas. Não foi expulso do PSB por dis-

cordar do apoio do partido à candidatura de Távora, mas por ter assinado o manifesto da Ação Democrática – um ataque frontal a Kubitschek, considerando sua investidura na presidência um golpe de estado orquestrado pelo general Lott. A posição do PSB acerca do Movimento de 11 de Novembro era outra e Karepovs (2017) desfez o mal entendido sobre a expulsão do crítico. Em 1960, Pedrosa apoiou Jânio Quadros, cuja coligação também incluía a UDN. Novamente Pedrosa ocupou a página opinativa da imprensa com seus textos políticos.

Apresentando os espaços do crítico em quatro jornais de 1944 a 1968, demostrei que suas colunas políticas raramente foram suplantadas pelas outras da página; quantificando sua produção jornalística, corroborei que a base da sazonalidade de sua intervenção política na imprensa era a disputa pelo poder. O conceito de Said (1995) ajuda a delimitar atores políticos da cepa de Pedrosa como intelectuais públicos, mas os condicionantes da carreira de intelectual no Brasil são outros. Assim, o aumento do reconhecimento social de uma atividade intelectual permite suas autoridades destacadas a transcendê-la na esfera pública a ponto de se tornarem intelectuais públicos, mas suas ideias políticas têm de cruzar com a mídia que lhe aciona para participar dos debates como formadores de opinião.

Referências

- ABREU, A. A. de. LATTMAN-WELTMAN, F. 1994. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: A. C. GOMES (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p. 23-59.
- ANDERSON, P. 2012. *Espectros: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo, Boitempo, 448 p.
- ANDRADE, E. de O. 2014. Mário Pedrosa. In: L. SECCO; L. B. PERICÁS (orgs.), *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo, Boitempo, p. 381-416.
- ANDRADE, J. de. 1991. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991, 376 p.
- ATALA, F. 2002. Evocação sem nostalgia. *Cadernos da Comunicação*, Rio de Janeiro, p. 39-41.
- BIROLI, F. 2003. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Campinas, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 326 p.
- CALDIERI, S. 2001. *Eternas lutas de Edmundo Moniz*. Rio de Janeiro, Dinigraf, 288 p.
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. 1980. *O bravo matutino (imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo)*. São Paulo, Alfa-Omega, 176 p.
- CHAGAS, C. 2001. *O Brasil sem retoque, 1808-1964, vol. 1*. Rio de Janeiro, Record, 660 p.
- DELGADO, M. de P. 2006. *O "golpismo democrático": Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Juiz de Fora, MG. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 155 p.

- DI CARLO, J. 2018. Da margem se vê melhor? O autoritarismo no Brasil segundo a Oposição de Esquerda nos anos 1930. *Política Hoje*, Recife, v. 27, ed. especial, p. 162-194.
- DOURADO, A. 2000. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*. São Paulo: Rocco, 226 p.
- FERREIRA, M. de M. 1996. A reforma do Jornal do Brasil. In: A. A. de ABREU et al. (orgs.), *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV, p. 141-155.
- FONSECA, L. P. 2008. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, 214 p.
- KAREPOVS, D. 2017. *Pas de politique Mariô: Mário Pedrosa e a política*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 296 p.
- KUCINSKI, B. 1975. Os cem anos de vida do jornal *O Estado de S. Paulo*: liberal, conservador, antifascista. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 113, p. 4-5, jan. (FBN)
- LAURENZA, A. M. de A. 1998. *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano*. São Paulo, SENAC, 246 p.
- LOUREIRO, I. M. 1984. *Vanguarda socialista (1945-1948): um episódio do ecletismo na história do marxismo brasileiro*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo – USP, 252 p.
- LUCA, T. R. de. 2013. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: A. L. MARTINS; T. R. de LUCA (orgs.), *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 149-178.
- MARQUES NETO, J. C. (org.). 2001. *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 224 p.
- MORAIS, F. 2011. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 624 p.
- NETO, L. 2014. *Getúlio 1945-1954: da volta pela consagração popular ao suicídio*. São Paulo, Companhia das Letras, 464 p.
- PEDROSA, Mário. 1949. *Arte, necessidade vital*. Rio de Janeiro, Casa de Estudante do Brasil, 240 p.
- PEDROSO, F.; VASQUEZ, P. (coord.). 1992. *Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão*. Porto Alegre, Centro Cultural Banco do Brasil, 92 p.
- PILAGALLO, O. 2012. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo, Três Estrelas, 368 p.
- SAID, E. 2005. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Companhia das Letras, 128 p.
- SILVA, H. R. da. 2009. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. São Paulo, UNESP; Cultura Acadêmica, 240 p.
- SODRÉ, N. W. 1966. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 586 p.

Submetido: 09/12/2018
Aceite: 27/07/2019